



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A importância do CPEU para o planejamento urbano no Brasil: da teoria à prática

The importance of CPEU for urban planning in Brazil: from theory to practice

Felipe Rainho¹, IAU-USP, felipe_rainho@hotmail.com

Renato Anelli, IAU-USP, renato.anelli@usp.br

¹ **Felipe Rainho** é arquiteto e urbanista, mestrando do programa de Pós-Graduação do IAU-USP, com orientação do Prof. **Renato Anelli**, docente do mesmo programa

RESUMO

A rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi certamente uma das principais questões sociais do país no século XX. Nesse período, em São Paulo, não apenas a capital, mas as cidades do interior começaram a se expandir rapidamente, dando início a formação de uma rede de cidades. O problema urbano torna-se uma questão a ser tratada, enquanto a ideia de planejamento é incorporada nas políticas públicas e por órgãos que se tornaram responsáveis pela elaboração de planos e propostas para as cidades, na qual destacam-se os Planos Diretores elaborados pelo CPEU (Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos), a partir dos anos 1950. Os profissionais ligados a essa instituição atuaram na assistência técnica às cidades do interior paulista, orientando a elaboração de planos e organizando o setor de planejamento no interior da estrutura administrativa. Com propostas influenciadas pelos ideais de Cidade-Jardim e o urbanismo norte-americano, os planos foram elaborados em oposição ao que estava sendo implementado na capital e revelam que, a despeito do que foi implantado, os planos tinham uma abordagem alternativa ao determinismo técnico da época.

Palavras Chave: CPEU; Planejamento Urbano; Plano Diretor

ABSTRACT

The fast process of urbanization that Brazilian society has been through was certainly one of the major social issues of the country in the 20th century. During this period, in São Paulo, not only the capital, but also the inner cities began to expand quickly, initiating the formation of a network of cities, which made possible to establish the concept or notion of medium city. The idea of urban planning have become embedded in public policies and institutions that became responsible for the elaborations of urban plans and proposals for cities, in which stands out the Master Plans made by CPEU (Research Center and Urban Studies), in the years of 1950, operating inside the University of São Paulo. Professionals of this institution, which had an university extension character, worked in technical assistance, guiding the elaboration of urban plans and organizing the planning sector within the administrative structure. With proposals influenced by the ideals of Garden City and north-american urbanism, plans were drawn up in opposition to what was being implemented in the capital, revealing that despite what was implemented, the plans were an alternative approach to the technical determinism of that period.

Keywords: CPEU; Urban Planning; Master Plan

INTRODUÇÃO

Numa abordagem histórica, a construção do espaço urbano sempre esteve ligada a construção de uma rede de infraestruturas – abastecimento, circulação, comunicação e transportes – em um processo que altera o ambiente urbano e a paisagem natural de maneira sincrônica. Esse determinismo tecnológico, por sua vez, não é suficiente para uma leitura precisa da história das nossas cidades, sendo necessário levarmos em conta questões sociais, políticas e econômicas – fatores indissociáveis e que tornam esse processo não-linear. Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por uma das principais questões sociais que iria enfrentar naquele século: o acelerado processo de urbanização e crescimento das cidades brasileiras. Nesse período, o Brasil deixa de ser um país tipicamente agrário para torna-se urbano. Com o rápido aumento da população nas cidades, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, as infraestruturas urbanas não foram capazes de atender todo esse contingente populacional. A partir da implantação do Plano de Metas (1956 – 1961), no governo de Juscelino Kubistchek, o país sofreu uma profunda transformação econômica, que aprofundou a atuação do Estado na economia, aumentando suas ações planejadoras. Em nosso estudo, partimos de uma abordagem que retoma esse período em que a ideia e a prática de um planejamento e desenvolvimento passaram a ser incorporados nas políticas públicas. Essa crença no planejamento se deu pelas possibilidades do planejamento como atribuição privilegiada do Estado no Brasil, num momento que trazia um repertório de referências urbanísticas da Europa no pós-guerra e dos EUA no New Deal. A partir de 1950, baseado numa política keynesiana que previa uma forte regulação Estatal, surgem os planos elaborados pelos primeiros órgãos de planejamento no país e que iriam abranger esse novo contexto urbano brasileiro: o crescente processo de urbanização a partir do êxodo campo-cidade.

Enquanto nas áreas metropolitanas esse novo contexto urbano já vinha se constituindo em função da própria concentração demográfica, esse mesmo processo de expansão começou a acontecer de forma acelerada nas cidades do interior. As preocupações urbanísticas, portanto, não são mais encaradas apenas como um problema metropolitano e se voltam para as cidades do interior, que passaram a receber planos e trabalhos, elaborados por órgãos e instituições de assistência técnica que atuavam junto às Prefeituras. Nesse momento, observa-se um conjunto de movimentos que engendram uma cadeia de disseminação de ideias e de práticas que irão apontar o início de uma mudança estrutural no ideário urbanístico brasileiro. Responsável por elaborar 43 planos para cidades do interior e litoral paulista, destaca-se o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticas (CPEU), criado e dirigido inicialmente por Anhaia Mello, no período de 1957 a 1961, dentro da FAU-USP, e posteriormente dirigido por Lauro Bastos Birkholz, até o encerramento de suas atividades, em 1969.

Fortemente inspirado na cidade-jardim de Howard, nos trabalhos de Saturnino de Brito e responsável por difundir as ideias norte-americanas de planejamento urbano, Anhaia Mello – e em paralelo, os trabalhos desenvolvidos pelo CPEU – eram contraponto em relação àquilo que estava sendo planejado e praticado na capital paulista. Enquanto o Plano de Avenidas de Prestes Maia ditava o tom técnico e desenvolvimentista das intervenções na metrópole paulistana, Mello ressaltava o caráter cívico da cidade e o papel do planejamento como capaz de corrigir os problemas que ele identificava a partir da perda do interesse coletivo no espaço urbano. Além de ser responsável por difundir ideais urbanísticos pelo Estado de São Paulo, o CPEU foi capaz de criar uma metodologia de ensino e prática do planejamento urbano. Isso foi possível graças a seu caráter de extensão universitária, uma vez que foi um órgão criado dentro da própria Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Por meio do estudo das publicações do CPEU, buscamos analisar historicamente o discurso proposto em relação a metodologia de planejamento criada por esse órgão, em contraponto as ações que

ditavam regra no planejamento urbano no Brasil. Esse trabalho, portanto, fundamentou-se em função de questões e hipóteses que relacionam análises empíricas e teóricas. Construiu-se uma problemática vislumbrando a interlocução de dois campos do conhecimento: a História do Urbanismo, tratando desde o ideal de cidade moderna e o ideário de Cidade-Jardim, abordando aspectos do planejamento norte-americano e suas ressonâncias na metodologia do próprio CPEU e outras instituições de planejamento do país; e a Geografia Urbana, abordando o processo de construção do espaço urbano e a formação de uma rede de cidades no interior de São Paulo.

O INÍCIO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Praticamente só a partir de 1940, quando foram estruturadas várias tentativas para coordenar e planejar a economia brasileira, o planejamento nacional começou a se firmar. Estes esforços pelo desenvolvimento de uma política de planejamento no Brasil são consubstanciados pelas proposições de racionalização do processo orçamentário e de medidas setoriais. As práticas dos órgãos de planejamento que surgiram no país, no início da década de 1950, estavam inicialmente ligadas às práticas urbanísticas difundidas por urbanistas franceses. Leme (1999) identifica três momentos de difusão dessas ideias: no início do século, quando o modelo de cidade difundida era Paris das Exposições Universais; nos anos 1920 e 1930, através dos planos dos arquitetos ligados a Société Française d'Urbanisme, que referenciavam as ideias de "reconstrução da sociedade" por meio da arquitetura; e após a Segunda Guerra Mundial, quando forma-se uma nova geração de arquitetos, sociólogos e geógrafos que vão atuar no campo profissional do planejamento urbano e regional com grande influência da doutrina do Movimento Economia e Humanismo, trazidos pelo arquiteto e urbanista francês Gaston Bardet e pelo padre dominicano Joseph Lebet.

A ideia de "reconstrução da sociedade", vigente em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, foi difundida por arquitetos como Bruno Taut, Walter Gropius, Le Corbusier e Ernest May. Para eles, a arquitetura e a organização urbana deixaram de ser o reflexo da sociedade para se tornarem instrumentos de sua reconstrução, o que remetia às estruturas da sociedade e aos comportamentos humanos, principalmente àqueles voltados para o âmbito da vida cotidiana. Já a "transformação social através do trabalho profissional" no Brasil, analisada por Leme (1999), era uma ideia defendida por Lebet e que passou a circular entre "urbanistas" brasileiros que, até aquele momento, ainda eram profissionais com formação em disciplinas diferentes. Suas ideias, difundidas por meio do Movimento Economia e Humanismo, colocavam o planejamento como um instrumento privilegiado de intervenção, de modo a promover o desenvolvimento social.

A partir de discursos característicos na década de 1950, também em países que passavam por um processo de urbanização acelerado, é possível identificar a consolidação de duas propostas urbanísticas na cidade de São Paulo: a primeira, que tinha a frente Prestes Maia, sintonizada com as teorias desenvolvimentistas da época, colocava o Poder Público como responsável pela adaptação às novas demandas e dimensões da cidade, de maneira a equacionar, de forma econômica, as dificuldades decorrentes do processo de expansão acelerado. A segunda, de Anhaia Mello, que apostava na reversão do ciclo metropolitano por meio da contenção do crescimento urbano, baseado nos ideais de Cidade-Jardim e no processo de ordenação das cidades, com base nas propostas urbanísticas norte-americanas da época.

No período entre 1895 a 1930, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, receberam um conjunto de propostas urbanísticas, ou "melhoramentos", localizados nas áreas centrais ou portuárias dessas cidades. Na década de 1920, Prestes Maia e Ulhôa Cintra apresentam uma série de trabalhos intitulados "Um problema actual. Os grandes melhoramentos de São Paulo" (MAIA &

CINTRA, 1924/1925). Utilizando novos conceitos, como “racionalidade”, “esquemas teóricos” e “metrópole”, estes artigos apresentavam o desenvolvimento da cidade de São Paulo em comparação a outras cidades no exterior, além de propor uma série de intervenções que, para os autores, a colocariam no caminho do progresso. Ulhôa Cintra, à frente da Comissão de Melhoramentos do Tietê, convocou Maia para integrar sua equipe e os estudos anteriores serviram como base para o Plano de Avenidas, apresentado em 1929, por Prestes Maia. Entre 1930 e 1950, foram elaborados planos de maior abrangência que tinham por objeto o conjunto da área urbana, com propostas de articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades por meio de sistemas de vias e de transportes.

Antes de Prestes Maia assumir a Prefeitura de São Paulo, Anhaia Mello já havia passado por ela rapidamente em dois momentos distintos – de dezembro de 1930 a julho de 1931 e de novembro a dezembro de 1931. Neste curto espaço de tempo, ele implantou os princípios do zoneamento, regulamentando o uso e ocupação do solo para algumas áreas da cidade (LEME, 1999). Mello foi capaz de elaborar uma visão da arquitetura integrada aos problemas urbanos e, conseqüentemente, da habitação inserida no plano urbanístico. Essa posição pode ser compreendida tanto pela sua formação como engenheiro-arquiteto, no curso da Escola Politécnica de São Paulo, quanto por sua posterior atividade como professor de Arquitetura e Urbanismo nesta escola e, depois, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP.

A incorporação da concepção de organização e das ideias de Anhaia Mello no setor de urbanismo, em que as ideias de Prestes Maia estavam se enraizando entre os técnicos na capital paulista, se viabilizou pelo crescente movimento, iniciado nos anos 1930, de incorporação do planejamento como função de governo (FELDMAN, 2005). A própria história do CPEU (Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos), fundado e inicialmente coordenado pelo próprio Anhaia Mello, dentro da FAU-USP, no período de 1957 a 1969, é expressiva de uma visão de urbanismo vinculada ao planejamento territorial, segundo princípios defendidos por Mello, que os consolidou dentro da Universidade. Observa-se que os planos que este órgão coordenou para os municípios do interior apresentavam uma estrutura, que consistia na realização de pesquisas envolvendo diversos aspectos do município (urbanísticos, socioeconômicos, etc.) e de um conjunto de propostas tanto para a área urbana quanto para a área rural.

Embora os textos de Mello façam referência a diversas teorias, de Le Corbusier a Lewis Mumford, de Ernest Burgess a Clarence Perry, será nas propostas de E. Howard e seu ideário de Cidade-Jardim que Mello irá mergulhar de maneira eloquente. Todas as teorias, por sua vez, apresentam a tese essencial de que a teoria e a prática do urbanismo repousam na possibilidade de promover a descongestão das metrópoles modernas. A retração das dimensões urbanas é o foco em torno do qual giram todas as propostas.

Em seus artigos, Mello ainda utilizava de maneira enfática, em sua argumentação, autores norte-americanos que no início do século XX estavam discutindo os problemas das cidades modernas na perspectiva da Sociologia Urbana. Esta referência se faz na tentativa de compreender a perda do sentido da vida em comunidade, ocorrida na cidade industrial. Autores como Robert Park e Louis Wirth, representantes da chamada “Escola de Chicago”, e Georg Simmel, como teórico de grande representatividade para estes, são todos citados por Mello.

O IDEAL DE CIDADE-JARDIM DENTRO DA PERSPECTIVA URBANÍSTICA DE ANHAIA MELLO

O acelerado processo de urbanização pelo qual o Brasil estava passando tornava fundamental a reversão do ciclo metropolitano para Anhaia Mello. Para ele, “metropolitanismo é standartização” (CPEU, 1963), e, portanto, as qualidades das cidades menores seriam justamente por serem menores, mais acolhedoras, mais “brasileiras” e não apenas réplicas das metrópoles. Quando questionado sobre o tamanho ideal de cidade, Mello recorria à frase do norte-americano Robert Park, que definia a metrópole como “um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (MELLO, 1945, p. 272). Assim como Park, ele acreditava que a vida nos grandes centros urbanos dificultava o contato mais próximo entre as pessoas, que se fechavam em seu mundo particular, sem tomar conhecimento da vida coletiva.

A presença desses pontos apresentados nos seus trabalhos revelava a sua sintonia com as correntes urbanísticas europeias. Para ele, a reversão do ciclo metropolitano, tendo como base teórica as propostas surgidas na Inglaterra do final do século XIX, foram defundamental importância. A cidade-jardim como forma de controlar a expansão de Londres foi um dos parâmetros utilizados por Mello em suas reflexões sobre o crescimento urbano desordenado. As novas cidades inglesas da primeira geração de urbanistas – Harlow, Stevenage, Hemel Hempstead, Basildon – ditavam as regras: população controlada em torno de um número considerado ótimo, crescimento sob a égide de um plano e setor industrial circunscrito. Mello criticava as questões que considerava mais importantes: congestão, deterioração das áreas centrais e desequilíbrio entre metrópole e campo. Essa busca pelo equilíbrio entre cidade-campo, em suas publicações, revelava a sua ideia de resgate da natureza dentro do urbano. Esse desejo, contudo, não era recente no âmbito do urbanismo, mas se tornou recorrente desde o século XVI, quando as cidades europeias começaram a crescer além dos seus muros e a ideia de cidades consideradas “ideais” tornou-se cada vez mais presente.

A proposta de cidade-jardim descrita por Howard tratava de três aspectos importantes: a questão fundiária, o papel das ferrovias e o desenho da cidade. Em seu livro, propunha, a aquisição de uma gleba de seis mil acres, em um distrito agrícola, para ser conservada sob propriedade única. Uma pequena parcela da área seria destinada a construções, enquanto o restante constituiria um cinturão verde. A cidade deveria possuir, em sua área, indústrias suficientes para proporcionar emprego aos seus habitantes, estabelecendo-se um limite para população total. Dentro dos ideais de Howard, o direito ao espaço era o mais defendido por ele, por influência do cooperativismo, onde as terras agrícolas adquiridas para a instalação da cidade seriam registradas em nome de industriais renomados, que arrendariam para os futuros moradores. O lucro comumente obtido pelo empresário loteador serviria para amortizar a dívida do empréstimo e seria revertido para a comunidade, em forma de infraestruturas e edifícios públicos, como patrimônio coletivo. O comércio e a indústria seriam incentivados por meio de baixas taxas e longos prazos de arrendamento, para possibilitar a fixação de novos moradores (HOWARD, 1996). Sua proposta, portanto, constituía não apenas um modelo de cidade, mas uma reformulação econômica e social. Howard não pensava em uma cidade isolada, mas em uma federação de cidades-jardins, conectadas entre si por uma malha ferroviária. Seus diagramas revelam o desenho de sua proposta, cujo traçado mais preciso dependeria das características do sítio a ser implantada a cidade. Destaca-se neles a forma circular da cidade-jardim, dividida por três eixos principais em seis setores iguais, que fornecem a regra de seu crescimento, por seções do círculo. Uma vez completado um círculo e atingindo uma população máxima – trinta mil habitantes na cidade e outros dois mil nos terrenos agrícolas, que formavam o cinturão verde em torno dela – uma nova cidade deveria começar a se formar, estabelecendo uma descontinuidade no crescimento urbano.

Com a Revolução Industrial e todos os problemas urbanos decorrentes, a Inglaterra era, no início do século XIX, um ambiente fértil para implantação de propostas que buscavam uma cidade aberta e salubre. A proposta de Howard se concretiza com a construção da cidade de Letchworth (1908), a primeira cidade-jardim, e posteriormente Welwyn (1920), a primeira das cinco cidades do movimento new towns, proposto por Crombie, que se iniciava na Inglaterra. Após a construção de Letchworth, o ideário de Cidade-Jardim logo vira um movimento. Essas propostas do século XIX foram criticadas por não tratarem a cidade como um processo histórico, mas como um objeto reprodutível, extraído da temporalidade concreta, portanto, utópica, ainda que tratem de preocupações sociais e econômicas. Esse modelo, expressado nos desenhos de Unwin e Parker em Letchworth, foi considerado culturalista, pois prevalece a visão cultural sobre a racionalidade progressista, ou seja, as necessidades espirituais e artísticas representadas por espaços com formas menos rigorosas, com particularidades e variedades prevalecendo sobre a lógica racional dos espaços aplicados.

No início do século XX, os EUA passaram a se preocupar com o planejamento urbano, em decorrência dos problemas urbanos que surgiram com sua industrialização e a popularização do automóvel. As cidades-jardins inglesas tornaram-se inspiração no planejamento de novas áreas residenciais suburbanas de alto padrão e de comunidades americanas. O primeiro subúrbio a ser construído, seguindo tais princípios, foi Radburn, em New Jersey (EUA), em 1929. O subúrbio americano nasce, portanto, de uma questão urbana: “como (con)viver com o automóvel?”

No entanto, existem diferenças marcantes entre a cidade-jardim e os novos subúrbios jardins que começaram a surgir. Não se trata apenas de uma diferença de escalas, mas sim de funções. Em relação à cidade-jardim, os subúrbios jardins não contemplavam o cinturão verde, a implantação de indústrias ao redor, baseavam-se no uso do automóvel (e não da ferrovia) e eram financiados por companhias privadas. Trata-se apenas de uma alternativa à expansão da cidade com qualidade. Ao contrário da cidade-jardim que possuía um ideário moralista em resolver os problemas sociais, não se propunha a resolver os problemas da grande cidade, mas apenas sua expansão de maneira equilibrada. A adoção desse modelo urbano de baixa densidade se tornou alvo de críticas, uma vez que deu início ao processo de suburbanização das cidades americanas.

Não só nos EUA, mas também no Brasil, o modelo de subúrbio jardim passou a ser implantado. Em São Paulo, o escritório de Parker e Unwin é contratado pela Cia. City para projetar novos bairros jardins na capital paulista, após o sucesso de Letchworth. Em 1917, Parker vem para o Brasil, fugindo da guerra, em um período que permitiu o contato de profissionais brasileiros com o escritório inglês, como o caso de Jorge Macedo Vieira, responsável por formular planos para novas cidades, como Águas de São Pedro (1937) e Maringá (1947).

Não foi nos subúrbios ou bairros jardins que Anhaia Mello se interessou. Mello estava interessado na resposta apresentada por Howard para o crescimento da metrópole londrina, ao propor uma “federação de pequenas cidades” (MELLO, 1945). Sua ideia se aproximava da proposta do inglês, que propunha a criação de cidades-satélites, em uma tentativa de reconciliar sociedade e natureza, cujos símbolos seriam, respectivamente, a cidade e o campo. Além disso, também colocava a questão da terra como problema central a ser resolvido. Enquanto Howard afirmava ser fundamental que a terra fosse mantida como propriedade única, Mello defendia que se mantivesse como propriedade pública.

Defendia que a formação de uma federação de pequenas cidades seria o contraponto às megalópoles e à concentração. A convicção de que existia um tamanho ótimo para as cidades sustentava a sua teoria da congestão. Em suas propostas, Mello estabeleceu patamares máximos e

mínimos de crescimento ideal para as cidades menores, que não deveriam crescer de maneira acelerada, como as metrópoles: de 30.000 até no máximo 100.000 habitantes, ou excepcionalmente, 150.000 habitantes. Para a grande cidade, ele propôs um patamar de desenvolvimento em que a região industrial teria um raio de 100 km, uma população de quatro milhões, e área de 30 mil km², incluindo 40 municípios. A intenção seria que a metrópole ficasse estacionada nesse ciclo.

Para controlar o crescimento das cidades, Mello novamente recorreu ao modelo de cidade-jardim, propondo a criação de um cinturão verde que não poderia ser superado pela cidade. Estes espaços verdes deveriam estar conectados a um sistema de espaços recreativos, presentes no interior das cidades, e deveriam ser incorporados aos serviços básicos oferecidos pelas municipalidades, como o sistema de distribuição de água, de esgoto, de transporte coletivo.

O desenho ideal de cidade defendido por Mello, que aos poucos vai sendo delineado neste trabalho, nem sempre esteve totalmente alinhado aos preceitos estabelecidos por Howard. As diferenças não se encontram na concepção de cidade, mas manifestam-se em relação à morfologia urbana. Apesar da cidade de Howard estar dividida em seções, seu fragmentarismo urbanístico se aproxima muito mais da representação da cidade sitteana, enquanto espaço heterogêneo. Diferencia-se menos pelas funções que abriga e mais pela sua qualidade urbana. Enquanto no lado oposto, Mello acreditava na ideia de zoning, formulada por Baumeister e defendida por Le Corbusier, que foi amplamente utilizada como instrumento no planejamento das cidades norte-americanas. A importância do urbanismo norte-americano para as concepções de Mello, que veremos seguir, juntamente com as concepções de Cidade-Jardim, foram os principais pilares que sustentaram as propostas e planos formulados por Mello, e conseqüentemente, pelo CPEU.

ZONING, PLANING E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO URBANISMO NORTE-AMERICANO

O contato de Anhaia Mello com a proposta americana de cidade, ao que tudo indica, iniciou com a aquisição do livro *Land Planning in the United States for City, State and Nation*, de Harlean James, escrito em 1926 e adquirido por ele em 1927, livro que aborda o planejamento moderno nas cidades americanas no momento em que ele estava acontecendo. Os instrumentos de planejamento descritos por Mello em suas publicações são, sobretudo, referentes aos princípios do urbanismo modernista. O principal deles era o zoneamento, que viabilizaria a cidade funcional (macrozoneamento) e o estabelecimento de índices construtivos diferenciados por setores (microzoneamento ou zoneamento diferencial), interligados pelos meios de transporte e comunicação. Os usos urbanos deveriam estar próximos, mas não misturados: “é um problema de ordem; um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar” (CPEU, 1963, p.18). Esse instrumento visava proteger o “bem comum” de interesses privados. Como exemplo, o autor citou a necessidade de “proteger a residência isolada, térrea ou de sobrado, contra a intromissão indébita dos de residência coletiva ou apartamentos, que vão roubar o sol, o arejamento, a boa iluminação natural, o sossego, a privacidade das residências isoladas” (Idem, 1963, p. 19)

O zoneamento americano tinha um caráter nitidamente econômico. Foi adotado como uma medida sistemática de urbanismo que pretendia satisfazer à higiene e comodidade da população, como também organizar a cidade, relacionar bairros de maneira eficiente, sob o ponto de vista do tráfego e da especulação (FELDMAN, 2005). Mello acreditava que o desenho da cidade precisaria resolver um problema de ordem. Para isso, o zoneamento seria o dispositivo capaz de situar devidamente as áreas de cada função, de maneira em que as regiões se constituíssem em áreas funcionais de uso e

especialização do solo. Ao defender que a cidade deve estar equilibrada entre “as funções da vida humana: Habitação, Trabalho, Recreio e Circulação” (CPEU, 1963, p.19), Mello se aproxima do urbanismo modernista.

Além dos instrumentos urbanísticos que inspiraram Mello no desenvolvimento dos seus trabalhos, havia uma estreita sintonia de suas ideias com a organização do *planning* americano, que pode ser observada em suas publicações. A ideia chave que passou a defender para a organização do setor do urbanismo, dentro do âmbito municipal, foi a criação de uma “Comissão do Plano”, composta por representantes da sociedade civil e desvinculadas da organização frente aos embates políticos.

As comissões de plano se multiplicaram rapidamente nas cidades americanas, a partir de 1920, quando as organizações voluntárias se tornaram “semi-oficiais” e passaram a ter funcionários e urbanistas de renome custeados por verbas especiais destinadas no orçamento municipal. Essa aproximação com o executivo municipal, nos EUA, se deu como uma estratégia para estabelecer um compromisso das administrações em relação aos planos que passaram a ser desenvolvidos. Mello reproduz estas mesmas recomendações, em que os membros do governo municipal sejam minoria, para não tornar subalterna a Comissão frente à Administração Municipal. O ponto central da defesa de uma Comissão do Plano da Cidade baseava-se na sua autonomia em relação ao poder municipal (FELDMAN, 2005).

A criação de uma Comissão nos moldes pretendidos por Mello, portadora de amplos poderes sobre a realização de um plano e com participação minoritária do executivo, constitui uma proposta que vai contra a mentalidade vigente no setor de urbanismo da época e que desqualificava os engenheiros municipais. A organização do planejamento como poder diretivo ou “Quarto poder” (MELLO, 1945), constituiria a peça que faltava no sistema tradicional de três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Tal concepção é semelhante àquela realizada, na década de 1940, em Nova York, mas que nunca foi implementada na íntegra. Para Mello, o Quarto poder teria, sobre o executivo, a vantagem da não representação de facção, região ou regime político e, sobre o judiciário, a de lidar com leis de sequência causal e não com precedentes. Este seria um órgão que, embora dentro da estrutura administrativa, deveria se manter fora da rotina diária da administração, com função *staff*, junto ao executivo, hierarquicamente superior a todos os outros departamentos municipais e subordinado diretamente ao chefe do executivo. (MELLO, 1947).

A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE CIDADES E DO PLANEJAMENTO URBANO EM ESCALA REGIONAL

Em 1954, Anhaia Mello publica seu principal trabalho, “O Plano Regional de São Paulo”, um conjunto de todos seus estudos a partir de uma proposta de planejamento, inserindo a metrópole paulista dentro de seu contexto regional. Neste trabalho, Mello faz uma leitura do espaço urbano paulistano como aquele que estava prestes a chegar a um esgotamento estrutural e econômico de sua capacidade de se adaptar às novas demandas impostas pelo crescimento desenfreado da cidade. Para ele, não havia plano de obras capaz de atualizar e habilitar a cidade para responder às novas demandas. Expansão e congestão, além de fenômenos intimamente relacionados, eram também fenômenos desejados pela economia capitalista metropolitana, reforçava Mello (FELDMAN, 2005).

Mello apresenta sua proposta para reversão do ciclo metropolitano em que se encontrava o adensamento urbano paulistano, na década de 1950, a partir da contenção e retração do crescimento urbano. A contenção e a retração, por sua vez, passavam necessariamente pela “fixação” ou “congelamento” das grandes cidades, pois não existia mais espaço disponível, nem

esperança de abastecimento, de despejo, de energia, de habitações, nos espaços que ocupavam. Mas a despeito da proposta de Mello ter ganhado alguns adeptos, ela ia contra o discurso acerca das vantagens constantemente alardeadas do crescimento sem limites. Sua tese de limitação do crescimento representava, em 1954, uma verdadeira provocação, pois ser uma das cidades que mais crescem no mundo era mais que um lema para São Paulo, era uma meta a ser sustentada e ampliada pelas administrações municipais da época.

Para tanto, Anhaia Mello investiu suas reflexões na elaboração de mecanismos para conter o crescimento e a velocidade da mudança de metrópole para megalópole. Sua principal tese, no plano intermunicipal, consistia na forte obstrução à instalação de novas indústrias dentro da capital. O objetivo último dessa proposta era o de conter dois males: a expansão desordenada dos centros urbanos e o estrangulamento da economia industrial. Declarava-se favorável ao incentivo de estabelecimentos industriais em outros municípios do interior do estado, mas desde que estes recebessem infraestruturas adequadas para a instalação dessas indústrias, caso o contrário, “os males da capital, que constituem objeção à presença de indústrias, frequentemente se reproduziram no interior. A maioria das cidades do Estado também não tem energia, não tem água, não tem despejos” (MELLO, 1954, p. 28).

O eixo central da proposta de Anhaia Mello para contenção do ciclo de crescimento anárquico é o planejamento orgânico, fundamentado na limitação forçada por fatos exteriores: o regionalismo e a polinucleação (FELDMAN, 2005). A ação mais apropriada para atingir o objetivo de solucionar o problema metropolitano paulista, segundo seu ponto de vista, seria a inserção da metrópole no contexto regional, estabelecendo com clareza seus limites e minimizando a centralidade asfíxiante.

É preciso destacar que o “Plano Regional de São Paulo” almejou, acima de tudo, a elaboração de um Código de Uso Lícito do Solo. O desenvolvimento e o expansionismo – movimentos da esfera econômico-industrial – são características indissociáveis do processo de metropolização. Deter o crescimento urbano, controlar suas fontes de expansão, são opções quase sempre contraditórias e motivo de conflitos com as mais diversas forças econômicas (FELDMAN, 2005). Em resumo de suas propostas apresentadas em seu trabalho, Mello descreveu ser preciso:

1. Limitar o crescimento da conurbe paulistana; 2. Rearticular a população da conurbe com as respectivas atividades, relacionando de novo “folk, work and place” e reequilibrando as quatro funções: residência, trabalho, recreio e circulação e os dois ritmos – o humano (4 km) e o mecânico (100 km) ou o cotidiano e o intermitente; 3. Regular e limitar o crescimento de todas as cidades e vilas da área regional. As maiores como Santos, Campinas e Santo André devem estacionar, melhorar o standard de vida em vez de crescer mais; 4. Criar novas cidades tipo cidade-jardim em sítios a determinar; 5. Criar trading-estates; 6. Reorganizar técnica, econômica espiritualmente toda a área rural da região; 7. Conservar o primeiro, tornando-o acessível para o recreio e comunhão com a natureza, revigoramento físico e espiritual das populações regionais. (MELLO, 1954, p. 23).

Mello pensava ser possível estancar o ciclo de reprodução e fixar patamares passíveis de controle. Suas recomendações apontam para uma São Paulo metropolitana que negava sua própria essência: a de ser a maior metrópole da América Latina. No entanto as contradições entre o pensamento expresso por Mello e o contexto vivido pelo país são extremamente evidentes. Enquanto “O Plano Regional de São Paulo” propunha estancar o crescimento, o País vivia a euforia do desenvolvimentismo dos anos 1950.

No Brasil, a década de 1950 foi um momento de importantes transformações no campo dos estudos urbanos pela emergência de novos temas, a introdução de novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas que, até aquele momento não haviam se ocupado da questão urbana. Essa temática regional, como objetivo de planejamento e intervenção, aparece nesse período após a Segunda Guerra Mundial. Entre 1950 e 1965 são iniciados os planos regionais, dando conta da nova realidade que se configurava nesta época: a migração campo-cidade, o processo crescente de urbanização, o aumento da área urbana e consequente conurbação urbana. Enquanto nas áreas metropolitanas os processos de expansão da cidade, e paralelamente da redefinição de centralidade intra e interurbana, já vinha se constituindo desde o pós-guerra, em função da própria concentração demográfica, esse mesmo processo se acentuou de forma acelerada nas cidades do interior, que cresciam rapidamente (SPOSITO, 2001).

Anhaia Mello faz uma leitura muito clara da formação dessa rede de cidades no Estado de São Paulo. Dentro do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CPEU), foram analisadas o crescimento das cidades paulistas, do final do século XIX até os anos de 1960, a partir do levantamento da rede de infraestruturas de transporte regionais (Figuras 2 e 3).

Quase a totalidade dos 435 municípios de São Paulo, existentes em 1957, estavam à espera de trabalhos relativos à sua ordenação territorial. A primeira iniciativa do governo estadual, em 1958, no campo do planejamento territorial, referia-se à elaboração de Planos Diretores para os municípios considerados Estância do Estado de São Paulo. A justificativa estava no interesse público que poderia representar a ordenação territorial dessas comunas paulistas, planejamento este que traria, indiretamente, grandes benefícios para o próprio Estado (BIRKHOLZ, 1964). O CPEU, que havia iniciado suas atividades no ano anterior, foi o responsável por elaborar os primeiros planos para as cidades do Litoral Norte paulista e outras como São José dos Campos e Socorro.

Contudo, no âmbito nacional, o processo de centralização das políticas urbanas no Brasil se deu apenas em 1964, logo após a crise e o Golpe Militar de 64, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Este último tinha como função promover pesquisas relativas desde do déficit habitacional até assistir os municípios na elaboração dos seus Planos Diretores, além de ser responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).

É neste mesmo período que Lauro Birkholz assume o CPEU e uma série de novos Planos Diretores são elaborados até 1969. As influências das propostas de Anhaia Mello se mantiveram presentes, mas mudanças no SERFHAU, em 1967, irão ressoar em mudanças nos planos. O órgão nacional afastou-se das suas atribuições ligadas ao sistema de habitação, que ficaram a cargo exclusivo do BNH, para transformar-se num instrumento de apoio ao planejamento urbano e local no Brasil. Para isto, ficou a seu cargo um fundo especial, o FIPLAN (Fundo de Financiamento para Planejamento Local), destinado a parcelar o custo dos planos, capacitando o SERFHAU a promover e apoiar tecnicamente um sistema nacional de planejamento urbano. Em 1972, é instituído o Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como proposta melhorar as condições de infraestrutura das cidades. Quatro anos depois, em 1976, o SERFHAU é extinto, sendo o BNH responsável por assumir suas atribuições – que posteriormente irá encerrar suas atividades em 1986, ao ser incorporado pela Caixa Econômica Federal.

CPEU: METODOLOGIAS ADOTADAS NO PLANEJAMENTO URBANO

A criação do CPEU, em julho de 1957, não se tratou de um movimento isolado, mas se inseriu em um processo de institucionalização do campo de Arquitetura e Urbanismo, através da consolidação de sua entidade de classe, com a criação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a fundação e crescimento de instituições de ensino, como foi o caso da FAU-USP, além de instituições de urbanismo externas às administrações, como a SAGMACS. Ao firmar convênio com diversas instituições governamentais, realizou os primeiros Planos Diretores em nível municipal. Seu caráter de extensão universitária permitiu que fossem realizados vários cursos de especialização, em diversos níveis, com a finalidade de preparar profissionais necessários para a implantação dos planos. Na execução destas tarefas, o CPEU sempre utilizou os alunos dos últimos anos da FAU-USP, na qualidade de estagiários.

A criação deste órgão se deu no momento em que o planejamento urbano passava a ser discutido na América Latina. Em 1958, técnicos e funcionários que atuavam nas áreas de planejamento, realizaram um Seminário para discutir questões ligadas a este campo, na cidade de Bogotá. Este encontro produziu a “Carta dos Andes”, abordando uma série de conclusões e recomendações urbanísticas. Neste documento, define-se planejamento como o processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma determinada época.

Podemos apontar duas origens do Planejamento Urbano Contemporâneo: A primeira, ideológica, criada e introduzida por pensadores teóricos como Owen, Fourier, St. Simon e outros, com sua influência política e prática nas formulações atuais. A segunda, tecnológica, decorrentes das necessidades dos próprios administradores urbanos e funcionários oficiais, que na procura de meios eficientes para controlar os preceitos de saúde e serviços públicos, lançaram efetivamente as bases da legislação atual do Planejamento Urbano.

A partir da análise dos pontos definidos como principais dentro do Planejamento Territorial, presente na Carta dos Andes (1958), é possível encontrar pistas para o entendimento da base conceitual metodológica estabelecida CPEU, que são definidos na Carta a partir de quatro pontos principais: 1. O ponto de partida do planejamento deve ser o estabelecimento de metas sociais e econômicas adequadas para elevar o nível da população, ordenando, em íntima relação, os recursos econômicos, sociais, físicos e políticos; 2. O planejamento deve outorgar precedências de tempo e hierarquia aos planos nacionais, que devem estabelecer e delimitar as regiões como áreas de planejamento; 3. O meio em que se desenvolve o processo de planejamento é o governo, seja este nacional, regional ou local. Os governos constituem-se em geral, de três poderes (executivo, legislativo e judiciário) com funções próprias, estabelecidas para conseguir um sistema de controle e equilíbrio. Este fato obriga que o processo de planejamento tenha lugar em cada um deles, especialmente nos setores executivo e legislativo. Consequentemente, os órgãos de planejamento devem ter sua posição como a mais conveniente dentro da administração; 4. A experiência tem demonstrado que o planejamento constitui uma insuperável ferramenta de trabalho, para o melhor aproveitamento dos recursos humanos e naturais, e a melhor adequação do sistema administrativo para alcançar um patamar de desenvolvimento.

Com a Carta de Atenas, La Tourette-Rhone e a Carta dos Andes, as cidades passaram a ser consideradas, em termos de planejamento, como parte de uma região. Dessa maneira,

[...] o planejamento deve ser antes de tudo uma função básica do governo, integrando-se nos diversos escalões governamentais, tanto nacional como regional e local. Há necessidade de considerar o Planejamento Territorial no

contexto maior do Planejamento Integrado e Global, envolvendo neste, também o Planejamento Econômico e Social, qualquer que seja o escalão considerado – nacional, regional, estadual, metropolitano, municipal e urbano (BIRKHOLZ, 1967, p. 35).

O CPEU, ao propor a elaborar os Planos Diretores para as cidades do interior e litoral de São Paulo, determinou suas diretrizes a partir da determinação dos objetivos gerais do planejamento, como um problema das ciências sociais, consolidados na “elevação de forma orgânica, dos níveis de vida” (MELLO, 1961, p. 4). Os planos, resultado do planejamento, correspondiam aos compromissos de ação resultantes de um processo mental de elaboração integrada e racional, que incluía, necessariamente, todas as variáveis do programa a solucionar, ou do desenvolvimento a atingir. O plano poderia ser classificado como uma projeção de um estado de bem-estar de uma sociedade, com relação aos meios disponíveis. E planejamento, portanto, um processo do pensamento, um método de trabalho e um meio de propiciar o melhor uso da inteligência e das capacidades potenciais do homem para benefício próprio e comum (BIRKHOLZ, 1980). Para se atingir com eficiência o desenvolvimento pretendido, o CPEU defendia a necessidade não só de cuidar da elaboração do plano, mas também de sua implantação.

Para elaboração de um plano, o CPEU definiu metodologias de planejamento, que eram ensinadas aos profissionais e alunos ligados ao Centro. Seu principal objetivo consistia no planejamento em seu aspecto físico ou territorial e, portanto, a metodologia deveria ser voltada para o estudo dos processos de elaboração de planos de organização territorial rurais, urbanos e regionais. De maneira didática, esse processo de ordenação territorial era dividido em três etapas fundamentais, classificados em três diferentes fases: 1. Elaboração do plano (Fase de Eclosão); 2. Programação da aplicação (Fase do Projeto); 3. Aplicação prática do plano (Fase de Execução). Cada uma das etapas abaixo foi transcrita de acordo com os textos encontrados, principalmente, no texto “O planejamento e suas fases”, publicado pelo CPEU em 1958.

Outro ponto importante defendido pelo CPEU dentro do planejamento territorial é a ação comunitária. Tema recorrente nas discussões atuais de planejamento urbano, o CPEU defendia a ação comunitária como instrumento fundamental para o planejamento municipal, na medida em que a população local tinha a oportunidade de participar das decisões que visavam melhorar suas próprias condições de vida. Seus objetivos, portanto, eram fazer chegar as ideias propostas até a população e utilizar essa própria iniciativa local para alcançar os objetivos pretendidos. Na visão do Centro, tal ação constituía-se num processo de ação social, através do qual a população local poderia se organizar para planejar, definir suas necessidades particulares e coletivas, elaborar os planos que atendessem suas necessidades e ainda ajudar a levantar fundos para sua execução.

No entanto, o CPEU reconhecia as limitações e dificuldades da ação comunitária, sobretudo quando as comunidades eram grandes. Por isso, defendia que estivessem claros os objetivos que fossem realmente possíveis de serem atingidos por meio da ação comunitária. Na publicação “Uma experiência de participação comunitária no planejamento”, publicado em 1977, pelo CPEU, são descritos em linhas gerais as orientações que deveriam ser seguidas pelos planejadores em relação à comunidade:

- a) Organizar a ação da população no planejamento do município, mediante a criação de uma Comissão Municipal do Plano Diretor ou Comissão do Plano do Município, ou ainda Comissão de Planejamento Municipal. Através dela, pretendia-se organizar e promover o interesse do público no Planejamento Territorial e divulgar entre os vários setores de atividade social as ideias do

planejamento. Por outro lado, sua função seria também organizar a participação ativa dos municípios na organização do plano, diretamente por meio de críticas e sugestões e, indiretamente, por seus representantes qualificados.

- b) Utilizar-se da potencialidade técnica local, através da agregação dos elementos que possuíssem capacidade de participar do planejamento, em uma Comissão Técnica do Plano Diretor, encarregada dos trabalhos de natureza técnica, que exigiam formação profissional adequada por parte de seus componentes. Essa comissão se encarregaria da supervisão dos trabalhos e deveria contar com elementos da própria cidade, recrutados dentre os responsáveis pelos serviços técnicos da Prefeitura, professores das Faculdade, técnicos de órgãos governamentais sediados na cidade (Casa da Agricultura, por exemplo) e profissionais residentes na cidade que estivessem dispostos a colaborar. Utilizaria também, em grande parte, a realização de trabalhos materiais, como secretaria, datilografia, pesquisa e desenho, da própria administração municipal.
- c) Organizar as atividades técnicas nos quadros da administração municipal, através de um Escritório Técnico de Planejamento, capaz de não somente responsabilizar-se pela elaboração do Plano Diretor, em contato direto com a Comissão técnica, mas também incumbir-se da sua implantação.

Em um dos textos presentes na publicação “Introdução ao Planejamento”, organizado por Birkholz e publicado em 1980, num período posterior à atuação do CPEU e elaboração dos Planos Diretores para as cidades, são analisadas as dificuldades que foram enfrentadas na implantação das propostas de planejamento. Dentre elas, estão destacadas: a falta de compreensão por parte da administração, em relação ao papel do planejamento como elemento essencial para a administração pública; a carência de recursos para execução dos planos; a inexistência de técnicos qualificados para execução das tarefas previstas nos planos; o próprio desconhecimento da metodologia adotada nos planos; a falta de base institucional, legislativa adequada, para o planejamento; e ainda as falhas existentes nos próprios planos, resultantes de concepções ultrapassadas ou inexequíveis de planejamento e que foram adotadas (BIRKHOLZ, 1980).

No Brasil, quando promulgada a Lei Orgânica dos Municípios, a Secretaria do Interior editou uma publicação semelhante para orientar a elaboração dos planos municipais propostos pela Lei, em que descrevia um roteiro para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) (Figura 4). Nessa publicação, são descritos a conceituação de diversos aspectos que deveriam ser estudados na elaboração dos Planos Diretores, justificando a necessidade desses planos serem integrados, uma vez que deveriam apresentar “um conjunto integrado de diretrizes e programas de ação, nos vários setores da atividade municipal: econômico, social, territorial, administrativo e financeiro”. (BIRKHOLZ, 1967, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As influências de Anhaia Mello no planejamento urbano, no entanto, são evidentes e marcam um período de intensa discussão sobre os rumos do planejamento urbano em São Paulo, com ressonâncias até os dias de hoje. As ideias desse urbanista mantinham-se atualizadas em relação aos princípios de planejamento e de zoneamento norte-americanos e a estruturação dos órgãos de

planejamento propostos por eles – a Comissão do Plano enquanto experiência de “participação comunitária” e a Comissão Técnica (comissão *staff*) foram tentativas de reproduzir o próprio processo norte-americano.

Há que se considerar que, em um período de dez anos, foram desenvolvidos, dentro do CPEU, planos para mais de quarenta municípios de São Paulo. Tendo em conta o porte do centro de pesquisa, trata-se de um volume significativo de planos. Ainda que parte não tenha ultrapassado a “fase preliminar”, tais elementos marcaram o processo de urbanização dessas cidades. Isso porque em boa parte dos municípios, os planos do CPEU foram os primeiros planos realizados, inaugurando uma nova fase do planejamento municipal no Estado de São Paulo.

No entanto, ao analisarmos os trabalhos realizados pelo CPEU, é preciso tomar o cuidado em ressaltar que sua forma de trabalhar não era um consenso dentro da própria FAU, sendo passível de crítica pelo próprio Artigas, que via como problemático o CPEU tornar-se um escritório para a realização de planos de municípios do interior. Nesse sentido, em um contexto de consolidação do campo de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo a partir da FAU-USP, o CPEU representa apenas uma vertente – importante, porém não única – de pensamento que circulou naquele espaço, produzindo tensões com outras visões que lá se formularam.

Além disso, essa implantação de Planos Diretores e projetos urbanísticos ocorreu num contexto histórico que teve como respaldo um Estado autoritário, que praticamente impôs suas propostas. Os debates que aqui destacamos não traduziam, de fato, contradições ao processo desencadeado pelo Estado, mas apenas variações em torno dos objetivos que já estavam previstos. Hoje em dia, os Planos Diretores podem ser um instrumento importante para a melhoria das condições urbanas das cidades, mas estão longe de cumprir esses objetivos constitucionais que lhe foram atribuídos. O processo de democratização do país e abertura econômica acarretou problemas de ordem maior que, na maioria das vezes, vão além do âmbito profissional do arquiteto. A participação cada vez mais enfática do mercado imobiliário nos processos de produção do espaço urbano – a qual Anhaia Mello buscou incansavelmente apresentar propostas de controle com seu *planning* – transforma a cidade em um campo em um jogo de interesses privados. Esse tipo de reforma urbana na cidade, se caracteriza pela expressão de uma nova classe que ascende ao poder, manifestando interesses econômicos particulares. São, portanto, constitutivas do próprio processo de produção de uma cidade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRKHOLZ, L. B. Planos Diretores municipais no Estado de São Paulo e sua implantação. USP [Tese de livre-docência], 1964.

BIRKHOLZ, L. B.; NOGUEIRA, B. C. O Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos. São Paulo: USP, 1992.

CPEU. Organização e Funções da Comissão do Plano Diretor nos Municípios. São Paulo: USP, 1958.

_____. Organização e funções da Comissão do Plano Diretor nos municípios. São Paulo: USP, 1958a.

_____. Boletim nº10. São Paulo: USP, 1963.

- _____. Planejamento Territorial do Município de São José dos Campos. São Paulo: USP, 1964.
- FELDMAN, S. Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947 a 1972. São Paulo: Edusp 2005.
- LEME, M. C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, M. C. S.; FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (org.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.
- _____. A década de crença no planejamento regional no Brasil. In: Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR, 2009.
- MELLO, L.G.R.A. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas. Boletim do Instituto de Engenharia, nº47. São Paulo, 1929.
- _____. Um Plano Regulador para o Município: Orientação Planalógica e Organização Administrativa. Engenharia, nº 39. São Paulo, 1945.
- _____. A Cidade-Jardim. Digesto econômico, nº36. São Paulo, 1947.
- _____. Planejamento e Governo Urbano. Digesto econômico, nº35. São Paulo, 1947.
- _____. O Plano Regional de São Paulo. São Paulo: USP, 1954.
- _____. Curso de urbanismo: elementos de composição. São Paulo: CPEU, 1961.
- SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.